

Relatório de acompanhamento das Iniciações Científicas vinculadas ao *fluxo segurança*

O presente documento reúne os relatórios de Iniciação Científica dos projetos vinculados ao fluxo segurança do Projeto Temático Ecpolítica (PTE) no ano de 2011. O primeiro, intitulado “Cybersegurança” foi desenvolvido por Daniela Brunetto Rocha, estudante da Graduação em Relações Internacionais da PUC-SP, com financiamento CEPE-PUC/SP. Trata-se de relatório final orientado pela Profa. Dra. Salete Oliveira (Departamento de Ciência Política da PUC-SP). O segundo relatório, de caráter parcial, intitulado “A construção das mudanças climáticas como tema de segurança pela União Europeia”, foi produzido por Ana Helena Alves Palermo Cavalcante, estudante da Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do Prof. Dr. Thiago Rodrigues (Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos da UFF) que orienta projeto de Iniciação Científica financiado pela PROPII/UFF. Os documentos analisados nos dois projetos de Iniciação Científica encontram-se disponíveis no site do PTE hospedado em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/seguranca/seguranca.html>.

Relatório 1

Cybersegurança

Estudante: Daniela Brunetto Rocha

Relações Internacionais PUC-SP

Orientadora: Prof^a Dr^a. Salete Oliveira

Ver arquivo Relatório de ICs de estudantes

Relatório 2

A construção das mudanças climáticas como tema de segurança pela União Europeia

Estudante: Ana Helena Alves Palermo Cavalcante

Graduação em Relações Internacionais (UFF)

Orientador: Prof. Dr. Thiago Rodrigues

1. Apresentação

O presente relatório sumariza pesquisa conduzida, no segundo semestre de 2011, junto ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF). A investigação serviu de base para a elaboração da monografia de conclusão de curso da estudante, além de estar vinculada – por meio do Laboratório de Estudos sobre Política Externa Brasileira (LEPEB) – ao *fluxo segurança* do Projeto Temático *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*.

O trabalho procurou compreender como o *meio ambiente* vem sendo inserido como um objeto de políticas de segurança. Decidiu-se abordar um caso específico nesse processo, o da União Europeia (UE), que tem se demonstrando como um dos principais atores da atual política internacional a inserir as questões ambientais, destacadamente as mudanças climáticas, como tema de segurança e, conseqüentemente, como foco de suas estratégias de defesa. Para tal análise, foram focados dois documentos, a Estratégia Europeia em Matéria

de Segurança (EES), de 2003, e o Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança (REES), de 2008, por terem sido os primeiros a registrar explicitamente, no âmbito europeu, a questão das mudanças climáticas como um potencial problema de segurança para os Estados. Assim sendo, o trabalho está dividido em três momentos: um primeiro, no qual será apresentado brevemente o escopo teórico utilizado como respaldo para a análise de documentos; um segundo, em que será exposto o delineamento de um regime internacional ambiental voltado para a segurança e um terceiro, no qual serão analisados os dois documentos de segurança europeia anteriormente citados, tendo como base o escopo teórico sugerido na primeira parte e o contexto descrito na segunda.

1. O despontar das teorias sobre as “novas ameaças” e a Escola de Copenhagen

A perspectiva teórica utilizada foi a da *teoria da securitização*, uma das marcas da chamada Escola de Copenhagen. O precursor desse projeto foi Ole Wæver, que mais tarde passou a contar com a colaboração de outros pesquisadores como Barry Buzan, que acabou por se tornar um dos mais conhecidos teóricos da Escola. Um dos principais questionamentos dessa Escola é em relação à visão de que estudar segurança significa exclusivamente estudar a guerra compreendida como o embate militar entre dos Estados e que, dessa maneira, outros assuntos somente seriam relevantes nessa área se estivessem relacionados com o fenômeno da guerra. A partir dessa crítica, muitos temas evidentemente não-militares deveriam ser incluídos nos estudos de segurança, dentre eles as questões ambientais.

Pode-se dizer que os estudos de securitização estavam sob grande influência do contexto de sua época, sendo esses guiados em grande medida

pelas ambições daquilo que se buscava compreender e produzir. Na passagem da década de 1980 para a seguinte, a bipolaridade deixava de ser uma realidade, o que fez com que uma nova correlação de forças no plano internacional fosse constituída, ou como chamou o presidente estadunidense George Bush, em 1991, uma “Nova Ordem Mundial”. Tal fato criou espaço para novas perguntas e teorias dentro do meio acadêmico, despertando toda uma nova agenda de temas que passavam a fazer parte daquele suposto *novo mundo*.

Um dos temas que mais se destacou foi o do meio ambiente, provocando debates mais intensos em relação aos aspectos não-militares da segurança. A *Brundtland Commission*¹ contribuiu significativamente para a inserção de problemas como aquecimento global e o buraco na camada de ozônio na agenda de segurança, sendo responsável pelo termo “insegurança ambiental”², que passou a ser utilizado nas discussões dentro da Organização das Nações Unidas (Trombetta, 2006: 03-04).

Quanto à produção acadêmica da Escola, pode-se dizer que o livro, *New Framework for Analysis* (Buzan et. al., 1998), foi um dos seus principais frutos. O livro se sustenta na premissa de que o mundo pós-Guerra Fria é mais caracterizado pelo regionalismo e pela descentralização do sistema internacional; diferente daquele anterior, que era marcado por um conflito de caráter global, que dividia o mundo entre leste e o oeste. Uma das argumentações centrais presentes no texto é a de que o escopo de segurança não

¹ “The Brundtland Commission's report defined sustainable development as "development which meets the needs of current generations without compromising the ability of future generations to meet their own needs". The concept supports strong economic and social development, in particular for people with a low standard of living. At the same time it underlines the importance of protecting the natural resource base and the environment. Economic and social well-being cannot be improved with measures that destroy the environment. Intergenerational solidarity is also crucial: all development has to take into account its impact on the opportunities for future generations.” Disponível em: <http://www.unece.org/oes/nutshell/2004-2005/focus_sustainable_development.html>. Acessado em 15 out. 11

² “Environmental insecurity”.

se restringe à guerra e à força e que outros assuntos não diretamente relacionados com a guerra e a força são sim relevantes (Buzan et. al., 1998: 04).

Um dos focos mais interessantes do livro é a visão do conceito de segurança apresentada por Buzan, expandido as unidades envolvidas quando tal questão é analisada:

The key question in a security analysis is, who can 'do' security in the name of what? For a time, experts could get away with analyzing only 'states', and the system was then the sum of the states. The approach developed here offers more types of units to choose from, but the basic idea of security complexes can be carried over into a world of multiple units (Buzan et. Al., 1998: 45).

A fim de oferecer uma forma de realizar um estudo mais metucioso sobre a nova configuração mundial, a partir dos anos 1990, especialmente no que concernem aquilo que Buzan e Wæver chamaram de *complexos de segurança*, é escrito o livro *Regions and Powers* (Buzan e Wæver, 2003). Tal livro é conectado ao *New Framework for Analysis*, pois complementa a abordagem *securitizadora* exposta nele, ao explorar mais a fundo a teoria do complexo de segurança regional (TCSR), esboçada em obras anteriores da Escola. Com a elaboração da TCSR, pretendeu-se então oferecer um método para o estudo das regiões especificamente, em termos de segurança.

A *constelação de segurança*, uma das ferramentas propostas para se analisar o complexo de segurança é descrita com mais rigor no *Regions and Powers*. Essa constelação seria dividida em quatro níveis de análise: o nível doméstico nos Estados da região, particularmente as suas vulnerabilidades domésticas; a relação de Estado para Estado, que configura a região como ela é; a interação da região com regiões próximas e, finalmente, o papel desempenhado pelos "global powers" na região.

No que diz respeito a essa pesquisa de IC, especificamente na questão

ambiental, pode-se dizer que para analisá-lo, mesmo em termos de segurança, ater-se à esfera regional não seria suficiente. Observar a interação da região com as regiões próximas e na esfera global é fundamental para entender-se o andar das discussões sobre meio ambiente dentro do bloco, ainda mais no que concerne esse tema dentro da esfera de segurança. Em um mundo com uma única potência global e diversas potências regionais, não se pode analisar o âmbito regional sem se ater ao que está ocorrendo no nível global. Tendo isso em vista, será feita uma breve abordagem dos principais momentos que contribuíram para a formação de um regime internacional ambiental.

3. A formação de um regime internacional ambiental

Desde a primeira conferência internacional realizada em torno da temática ambiental, a Conferência de Estocolmo, de 1972, foram feitos diversos esforços para que as questões ambientais ganhassem prioridade nas diferentes agendas dos fóruns globais. A publicação do Relatório Brundtland, em 1987, intitulado *Nosso futuro comum*, é outro marco da introdução das questões ambientais, principalmente no que tange à degradação do meio ambiente, nas preocupações em torno da segurança tanto nacional, como regionais e globais. Esse Relatório também é marcado pela introdução do termo “desenvolvimento sustentável”, que se tornou ícone nos discursos em prol do meio ambiente.

Na visão de Wæver e Buzan (2003), somente 20 anos após a Conferência de Estocolmo, o meio ambiente realmente se tornou uma “lente através da qual a política pode ser observada”, ou seja, a Rio 92 é vista por eles como um ponto onde a questão ambiental sofre uma guinada na sua importância. E, desde então, pode se verificar que a questão tem sofrido um processo de politização – processo através do qual um tema é inserido na agenda política, passando a

fazer parte das pautas de discussão³ –, para posteriormente ser foco de movimentos de securitização por certos atores, como a União Europeia com a sua Estratégia de Segurança.

A divisão entre duas agendas é destacada por eles como um fato a ser observado. Essas duas agendas seriam a agenda política e a agenda científica, que se formaram ao longo dos anos posteriores à Conferência de Estocolmo. A primeira agenda é retratada como essencialmente governamental e intergovernamental, consistindo no processo público de decisão e nas políticas públicas direcionadas às questões ambientais, ou seja, ela reflete o grau de securitização e politização do assunto. Já a segunda, a científica, possui um caráter diferente – também produto de uma construção social – que é baseado na atribuição de autoridade para falar sobre o assunto e de, com isso, avaliar se a ameaça existe ou não.

Difícilmente, um cidadão comum poderá contestar as palavras de um cientista sobre a veracidade da interpretação de dados sobre um fenômeno natural, já que não possui conhecimento o bastante para avaliá-los. Sendo assim, à maioria das pessoas só resta a opção de acreditar ou não nos especialistas que fornecem essas informações. (Buzan et. al., 1998: 72). O importante para a agenda política não é, porém, a veracidade da ameaça, mas se a urgência por ela colocada é inserida como tema na agenda política. O que está aqui em questão não é se o discurso é verdadeiro ou falso, mas se ele é bem-sucedido ou não em tornar-se um problema político.

A forma de combater as mudanças climáticas, dadas como certas pela

³ Wæver define politização como a condição onde:

“... an issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or some other form of communal governance. [It] means to make an issue appear to be open, a matter of choice, something that is decided upon and that therefore entails responsibility, in contrast to issues that either could not have been different (laws of nature) or should not be put under political control (e.g. a free economy, the private sphere, and matters for expert decision)” (Wæver, 2003 apud Floyd, 2010).

maioria dos atores, ainda está presente como grande tema na pauta de discussão. O Protocolo de Quioto (1997) foi uma tentativa de se delinear objetivos a fim de se alcançar uma situação de equilíbrio dentro do clima do planeta, baseando-se principalmente nos estudos do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). A grande questão desde 1997 é compatibilizar os diferentes interesses daqueles que estão envolvidos com o acordo, especialmente daqueles insatisfeitos com ele, como os EUA.

As mudanças climáticas possuem um caráter indiscutivelmente global, mas as atitudes tomadas em relação a essa problemática podem ser consideradas como mais concentradas na esfera regional e nacional do que internacional. Mesmo com os grandes esforços realizados após 1992, ainda não se logrou a formação de um regime internacional que realmente fizesse frente às mudanças climáticas, que definitivamente assumem o protagonismo nas discussões sobre meio ambiente.

Desse modo, é fundamental saber que as discussões sobre a preservação do ecossistema terrestre não foram apenas, desde seu início, um tema “técnico”. Ao contrário, elas estiveram sempre marcadas por questões políticas e econômicas que deixaram antever, também, questões de segurança. O envolvimento europeu na construção do regime internacional do meio ambiente implicou não só no engajamento das convenções realizadas, mas também, na incorporação da questão ambiental como um novo item de segurança que, para além das “ameaças tradicionais” representadas por outros Estados, colocaria desafios para a estabilidade regional europeia.

4. A análise dos documentos de segurança europeus

A UE tem se destacado como um dos principais atores que buscam a securitização do meio ambiente, o que se torna claro ao se analisar a EES e o

REES. O segundo documento cita explicitamente as alterações climáticas como parte dos temas que se constituem como “desafios globais e principais ameaças” (REES, 2008: 03). A partir da análise de tal documento, e de como nele aparecem as questões climáticas e ambientais, frequentemente colocadas como sinônimos, procura-se descrever como os documentos em questão expressam o processo de securitização da questão ambiental na UE.

No caso europeu, pode-se dizer que a agenda científica da questão ambiental já foi aceita como um fato. As políticas realizadas na UE no âmbito ambiental possuem como sua maior motivação as mudanças climáticas, prioridade na agenda de política externa do bloco. Esse fato reflete a importância do contexto regional para o enquadramento de um tema como de segurança. O bloco europeu pode ser considerado como um dos protagonistas da introdução das questões climáticas na agenda política internacional. A presença dos Estados da UE tanto como unidades, quanto como bloco pode ser observada nas principais reuniões realizadas em torno da questão como a Eco 92 e a Conferência das Partes 3, que resultou no Protocolo de Quioto ⁴.

A partir da EES, em 2003, percebe-se um movimento de mudança na perspectiva com que a União Europeia aborda os temas de segurança, ao colocar a existência de novas ameaças e, conseqüentemente, de novas preocupações e estratégias. A inserção das mudanças climáticas, porém, só passa a ser clara em 2008, com o Relatório sobre a execução da Estratégia. Ambos os documentos refletem a entrada da temática no âmbito da segurança.

A questão da segurança na UE é um tópico não tão comentado como a integração econômica. Como coloca Pernille Rieker (2006), a segurança, na

⁴ A política internacional do clima ganhou em significado como nenhum outro tema de meio ambiente desde a Convenção Mundial do Clima, no ano de 1992. Desde então, anualmente foram negociados possíveis caminhos e com o Protocolo de Quioto (1997) foi estabelecido um primeiro acordo sob o direito internacional. (Geder e Kremer, 2009: 30).

verdade, é o grande motivo por trás da União Europeia e do seu processo de integração. Ao se estudar a UE, não se deve esquecer que a ideia de sua criação foi, sobretudo, baseada em um desejo de evitar que conflitos como as Guerras Mundiais novamente sucedessem na região (Lessa, 2003).

A Estratégia Europeia em Matéria de Segurança (EES) aparece como uma iniciativa dentro de um contexto específico, o da Guerra do Iraque e da *guerra ao terror* – declarada pelos EUA e apoiada pelo Reino Unido, mas não por países como Alemanha e França –, quando se procurou manter a perspectiva de uma Europa unida, apesar das discordâncias quanto à postura perante o conflito. O documento aparece então com uma proposta de política integrada de segurança.

O combate ao terrorismo, declarado por Georg W. Bush como uma das principais metas do seu governo depois do episódio do 11 de setembro de 2001, assume papel protagonista no documento europeu. Ao lado dele, está a questão da proliferação de armas de destruição e massa, que também assume um papel importante no documento. Essa ênfase da estratégia europeia demonstra a presença de um caráter ainda predominante militarista, ligado diretamente a uma lógica de conflito.

Temas como o aquecimento global aparecem de maneira tímida. No entanto, a presença de novos temas não deve passar despercebida, pois sinaliza uma tendência de se observar certos fenômenos e situações políticas conflituosas como pertencentes à esfera da segurança. Quanto ao aquecimento global o mesmo é mencionado em dois momentos do documento:

A concorrência em matéria de acesso aos recursos naturais – nomeadamente à água –, que irá agravar-se nas próximas décadas devido ao aquecimento do planeta, é de molde a causar novas turbulências e novos movimentos migratórios em várias regiões (EES, 2003: 03).

Para uma ordem internacional em que sejam respeitadas as regras estabelecidas é condição prévia que a legislação evolua

em resposta a fenômenos como a proliferação de armamentos, o terrorismo e o aquecimento do planeta (EES, 2003: 10).

A EES não pode ser observada em si como um *ato de securitização* – ou seja, seguindo as sugestões de Buzan e Wæver, um ato instaurador de um tema de segurança. Ela pode ser vista, no entanto, como uma evidência de um caminho a ser seguido pela política de segurança europeia. A Estratégia está mais preocupada com as questões que foram motivo de crise no ano de 2003, apresentando posturas e objetivos que a União deve buscar perante desafios como os vistos durante esse ano. O documento também demonstra o caráter heterogêneo do complexo regional de segurança europeu, no qual tanto atores como a OTAN, a UE, os Estados europeus e a ONU exercem influência.

Já o Relatório, formulado no ano de 2008, foi marcado pelo início de uma crise econômica que perdura na Europa até os dias atuais, tendo grandes efeitos principalmente em países como Portugal, Espanha e Grécia. A importância da estabilidade econômica para a segurança no continente é um ponto essencial da estratégia europeia para a manutenção de sua estabilidade política. A Estratégia de 2003, logo em seu início, destaca a Europa como um *ambiente estável e seguro*: “A Europa nunca foi tão próspera, segura e livre como hoje. À violência que marcou a primeira metade do Século XX seguiu-se um período de paz e estabilidade sem precedentes na história europeia.” Essa prosperidade passa a ser contestada com a crise econômica que começa em 2007. “Próspera” deixou de ser um adjetivo ideal para denominar a União Europeia. Além disso, as mudanças nas estruturas mundiais de poder estavam mais evidentes em 2008. O papel das potências emergentes na economia e política mundiais ganha cada vez mais destaque e a necessidade da Europa se posicionar perante esse fenômeno tanto na esfera comercial, quanto na da segurança era evidente. Ela não podia mais permanecer com a visão de mundo retratada na Estratégia, pois as mudanças trouxeram a necessidade de uma reformulação para que a UE

pudesse ter uma Estratégia que de fato retratasse o seu papel no mundo atual. O objetivo do Relatório não é substituir a Estratégia, mas adaptá-la a um mundo em mudança, com novos desafios e visões das ameaças.

Logo na primeira página do Relatório, o tema ambiental aparece: “O aquecimento global e a degradação do ambiente estão a mudar a face do planeta” (REES, 2008: 01). Nele, as mudanças climáticas são claramente expostas como um tema de segurança, podendo-se observar de fato um ato de securitização do meio ambiente. Abaixo segue o trecho que descreve as mudanças climáticas como tema de segurança e os desafios ligados a ela:

Em 2003, a Estratégia identificava já a implicações das alterações climáticas para a segurança. Cinco anos depois, o problema adquiriu uma nova urgência. Em Março de 2008, o Alto Representante e a Comissão apresentaram ao Conselho Europeu um relatório que descrevia as alterações climáticas como um "multiplicador de ameaças". As catástrofes naturais, a degradação do ambiente e a concorrência em torno dos recursos vêm exacerbar os conflitos, especialmente em situações de pobreza e crescimento populacional, com consequências ao nível humanitário, sanitário, político e da segurança, nomeadamente o aumento dos fluxos migratórios. As alterações climáticas podem também despoletar conflitos a propósito de rotas comerciais, zonas marítimas e recursos anteriormente inacessíveis (REES, 2008: 05).

A colocação das mudanças climáticas como um “multiplicador de ameaças” está ligada com a ideia de que as mesmas possuem a capacidade de fazer com que fenômenos como o terrorismo e conflitos sejam agravados pelas consequências do aquecimento global. A conexão direta do fenômeno com o desencadeamento de conflitos o aproxima ainda mais de um processo de securitização. No Relatório, fica clara a relação de que, se nada for feito para impedir o aumento da temperatura do planeta, a humanidade sofrerá com as consequências não apenas diretamente climáticas, mas também, em termos de violência e conflitos derivados das alterações no clima.

Dessa maneira, à luz da teoria da securitização, pode-se observar a mudança do clima como o objeto referido pelo ato de securitização, que a transforma em um tema com *status* especial, inserido-o em uma esfera mais específica da política europeia. A UE seria então o *ator securitizador* ao apontar em sua Estratégia e Relatório o fenômeno climático como uma das cinco principais ameaças que a assolam.

Além disso, percebe-se a capacidade militar como um tema com o qual a Europa se preocupa, destacando o Relatório também a necessidade de uma “indústria de defesa forte e competitiva” (p.10). A importância dos EUA como parceiro estratégico também é destaque no mesmo, assim como o foi na Estratégia. O Relatório deixa isso claro ao dizer que “o parceiro-chave da Europa são os Estados Unidos” (p.10) e que os mesmos, juntos, constituem “uma extraordinária força em benefício do mundo” (p.10). Essa colocação deixa clara a perspectiva europeia de segurança, ainda incapaz de realizar movimentos e posicionamentos de maneira autônoma, não podendo contestar o seu “maior aliado”.

Um ponto essencial do Relatório a ser destacado é o que coloca as mudanças climáticas como uma das duas grandes prioridades da União:

As grandes prioridades são as alterações climáticas e a conclusão da Ronda de Doha na OMC. A UE está a conduzir as negociações com vista a um novo acordo internacional sobre o primeiro destes dois temas, e deverá mobilizar todos os seus recursos para alcançar um resultado ambicioso em Copenhaga, em 2009. Devemos prosseguir a reforma do sistema da ONU, iniciada em 2005, e manter o papel essencial do Conselho de Segurança e sua responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais (REES, 2008: 12).

Desse trecho pode inferir-se um claro posicionamento de destaque das políticas climáticas na agenda de segurança europeia, tornando-se as mesmas um dos mais importantes temas de segurança tratados pelo bloco. Esse fato

evidencia a modificação do tratamento do tema, que passou de uma esfera predominante *politicizada*, para uma *securitizada*. Dessa maneira, pode-se dizer que o Relatório completa o processo desenvolvido pela União Europeia de securitização do aquecimento global, definindo-o oficialmente não somente como tema de segurança, mas como tema de segurança prioritário.

5. Considerações finais

Um dos principais desdobramentos do entendimento das mudanças climáticas como um tema de segurança é a sensação de uma eminência de conflitos ambientais (Welzer, 2010). Diversas organizações políticas, instituições e figuras internacionais assumiram nos últimos anos um discurso um tanto quanto apocalíptico de que, se nada for feito, pode chegar um momento no qual qualquer esforço não apresente grandes resultados e que boa parte da humanidade esteja fadada a um grande desastre.

Dentro do estudo das Relações Internacionais e da Segurança Internacional torna-se primordial compreender tal fenômeno, visto que está inserido em um contexto das chamadas *novas ameaças*, cada vez mais presentes nas preocupações de órgãos de segurança no século XXI (Kaldor, 2007; Gros, 2009; Rodrigues, 2010). Autores como o alemão Welzer (2010), já tratam de conflitos em torno da questão ambiental e, inclusive, colocam que tais conflitos não são uma novidade, ou seja, que já fizeram parte da humanidade em outros momentos.

O discurso ambiental faz parte de uma atitude da UE em prol de uma imagem de motivadora e mantenedora da paz mundial, apresentando-se como uma das principais frentes contra aquilo que ela acredita ser – ou pelo menos diz ser – uma das maiores ameaças à humanidade. A presença de um tom de certa responsabilidade em relação à preservação da estabilidade política e social

no mundo pode ser percebida tanto no Relatório, quanto na Estratégia.

Uma aposta em uma centralização do controle quanto às questões ambientais pode ser percebida nas ações da UE nos últimos anos, que tem buscado a introdução do tema na esfera das Nações Unidas como problema de segurança e, também, a formulação de um acordo que incluísse o comprometimento de todos os Estados com a redução de emissões de CO₂.

É interessante notar que a securitização das mudanças climáticas pode ser utilizada como uma justificativa para gerar mais poderes e responsabilidades à ONU. Já que a União Europeia, na prática, não é de fato capaz de tomar uma atitude no campo internacional sem apoio de seu “maior aliado”, a sua intenção de tornar as ações referentes ao meio ambiente dentro do seu escopo político como internacionais tem fracassado. Sem o apoio dos EUA, da China e da Rússia para um novo acordo, a UE não logrará a formação de um regime internacional que faça frente ao aquecimento global.

Como Buzan e Wæver (2003) colocam, um ato de securitização bem-sucedido é diretamente dependente da posição do ator na hierarquia social dentro do seu governo. Da mesma maneira, um ato de securitização bem-sucedido na esfera internacional, também depende da posição do ator dentro do sistema. A partir desse ponto de vista, pode-se dizer que UE ainda não logrou a colocação do meio ambiente como tema de segurança no âmbito dos fóruns internacionais multilaterais, dentre outros motivos, por não possuir sozinha essa capacidade.

Se seu poder de exportar essa securitização ainda é limitado, pela análise dos documentos aqui apresentados, é possível notar o avanço da securitização das mudanças climáticas na União Europeia. Esse processo não é de pouca importância, na medida em que aciona práticas e discursos de segurança baseados em uma *ameaça* significativamente diferente até mesmo das chamadas “novas ameaças” porque se relaciona a fenômenos climáticos e não

exclusivamente a grupos de pessoas. Estudar e acompanhar a construção das mudanças climáticas como tema de segurança na Europa pode ser, assim, um exercício importante para compreender as mudanças na agenda de segurança planetária, que incluem novos alvos à estabilidade das unidades políticas, quer sejam Estados isolados, quer sejam esses novos arranjos federais como a União Europeia.

6. Referências bibliográficas

ANTONIOU, Katerina. Interview with Professor Barry Buzan. Department of International Relation Blog. London School of Economics. 5 maio 2011. Disponível em: <http://lseinternationalrelations.wordpress.com/2011/05/05/interview-with-professor-barry-buzan/>. Acessado em 25 nov. 11.

AUSTIN, John L. *How to Do Things with Words*. Nova York: Oxford University Press, 1962.

AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra. Mudanças Climáticas: risco e reflexividade. UFF/ Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2008.

BARBOSA, Luciana Mendes e SOUZA, Matilde de. Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 32, nº 1, janeiro/junho 2010, p. 121-153.

BARNETT, Jon; MATTHEW, Richard A. e O'BRIEN, Karen. Global Environmental Change and Human Security. In: Hans Günter Brauch, Úrsula Oswald Spring, Czeslaw Mesjasz, John Grin, Pal Dunay, NavnitaChadha Behera, Béchir Chourou, Patricia Kameri-Mbote, P.H. Liotta (Eds.). *Globalization and Environmental Challenges; Reconceptualizing Security in the 21 st Century*. Berlin, Heidelberg, New York: Springer Editora, 2008, capítulo 24, p. 355-362.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Das politische Feld: Zur Kritik der politischen Vernunft. Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft, 2001, p. 10.

BRANDAO, Ana Paula. O Tratado de Lisboa e a Security Actorness da UE. *Relações Internacionais*. [online]. mar. 2010, no.25, p.49-63. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000100006&lng=pt &nrm=iso>. Acessado em 25 nov. 11.

BRASIL. Decreto Presidencial n. 2.652 de 1998. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York em 9 de maio de 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7917646/Convencao-Sobre-Mudanca-Do-Clima#archive>>. Acessado em 25 nov. 11.

BRASIL. Decreto Presidencial n. 5.445 de 2005. Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpspan.pdf>>. Acessado em 25 nov. 11.

BRAUCH, Hans Günter e Liotta, Marquina, Rogers, Selim. *Security and environment in the Mediterranean: conceptualising security and Environmental Conflicts*. Berlin, Heidelberg, Nova York: Springer-Verlag, 2003.

BRAUCH, Hans Günter. Securitizing Global Environmental Change. In: Hans Günter Brauch, Úrsula Oswald Spring, John Grin, Czeslaw Mesjasz, Patricia Kameri-Mbote, Navnita Chadha Behera, Béchir Chourou, Heinz Krumm-nacher (Eds.): *Facing Global Environmental Change: Environmental, Human, Energy, Food, Health and Water Security Concepts*. Berlin, Heidelberg, New York: Springer Editora, 2009, capítulo 4, pp. 781-790.

COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*, 1987. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DUQUE, Marina Guedes. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*: Rio de Janeiro, 2009, vol. 31, nº3, setembro/dezembro, p.459-501.

Estratégia Europeia em Matéria de Segurança. Bruxelas, 12 de Dezembro de

2003. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>. Acesso 24 nov. 11.

FLOYD, Rita. *Security and the Environment: Securitisation Theory and US Environmental Security Policy*. Cambridge University Press, 2010.

GREENPEACE. O Protocolo de Kyoto. Disponível em: http://www.greenpeace.org.br/clima/pdf/protocolo_kyoto.pdf. Acessado em 25 nov. 11.

GROS, Frédéric. *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra*. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/>. Acessado em 25 nov. 11.

Organisation History. Disponível em: http://www.ipcc.ch/organization/organization_history.shtml. Acessado em 25 nov. 11.

KALDOR, Mary. *Human Security: Reflections on Globalization and Intervention*, Cambridge: Polity Press. 2007.

KIRCHNER, E. e Sperling The New Security Threats in Europe: Theory and Evidence. *European Foreign Affairs Review*, vol.7, pp.423-452.

MCDONALD, Matt. *Securitization and the Construction of Security*. Coventry: University of Warwick institutional repository, 2008. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1177/1354066108097553>. Acesso 24 nov. 11.

MCSWEENY, Bill. Identity and Security: Buzan and the Copenhagen School. In: BUZAN, Barry e Hansen. *International Security: Widening Security*. Los Angeles, Londres, Nova Deli e Singapura:Sage Publications Ltd, 2007. 367p, vol. 3, p.121-135.

MILANI, Carlos R. S. O meio ambiente e a regulação da ordem mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 303-347, 1998.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil, a América Latina e a Segurança Regional. Artigo publicado no XXV Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS), Grupo de Trabalho 26 – Sociologia e Relações

Internacionais, realizado em Porto Alegre/RS nos dias 22 a 25 de agosto de 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente. Estocolmo, 1972. Disponível em: <www.un.org>. Acessado em 25 nov. 11.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <www.un.org>. Acessado em 25 nov. 11.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança. Bruxelas, 11 de Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf>. Acesso 24 nov. 11.

RODRIGUES, T. M. S. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: Educ, 2010.

SCHMITT, Carl. *The Concept of the Political*. University of Chicago Press, 2007.

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, junho 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso 24 nov. 11.

THE CLUB OF ROME. Capítulo Brasileiro do Clube de Roma. Disponível em: <<http://www.clubofrome.at/brasil/about/index.html>>. Acessado em 29 out. 11.

TROMBETTA, Maria Julia. The securitization of the environment and the transformation of security. Standing Group on International Relations Conference, Turin, 2006.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Stockolm 1972 -Brief Summary of the General Debate. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1497&l=en>>. Acessado em 25 nov. 11.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE.

Climate Change Information Sheet 17. The international response to climate change. Disponível em: http://unfccc.int/essential_background/background_publications_htmlpdf/climate_change_information_kit/items/300.php. Acessado em 25 nov. 11.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. History of Sustainability. Disponível em: <http://yosemite.epa.gov/r10/oi.nsf/8bb15fe43a5fb81788256b58005ff079/398761d6c3c7184988256fc40078499b!OpenDocument>>. Acessado em 25 nov. 11.

VIGEVANI, Tullo. Meio Ambiente e Relações Internacionais; A Questão dos Financiamentos. Revista *Ambiente & Sociedade*, vol.1, nº 1, 2º semestre de 1997, p.24-63.

VIOLA, Eduardo. O Global Environment Facilities (GEF) e o Brasil: Institucionalidade e oportunidade de financiamento. Revista *Ambiente & Sociedade*, vol.1, nº 1, 2º semestre de 1997, p.5 -27.

WAEVER, Ole. *Securitisation: Taking Stock of a Research Programme in Security Studies*, unpublished manuscript, 2003

WAEVER, Ole; BUZAN, Barry e WILDE, Jaap de. *Security; A New Framework for Analysis*. Colorado, 1998.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Nova York: Random House, 1979.

WELZER, Harald. *Guerras Climáticas; Por que mataremos e seremos mortos no Século XXI*. 1ª Edição. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, vol. 47, p. 511–531, 2003. Disponível em: < [http:// onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.0020-8833.2003.00277.x/full](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.0020-8833.2003.00277.x/full)> Acesso 24 nov. 11.

XAVIER, Ana Izabel. A Segurança Humana e o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia: opções para Portugal e o papel dos Jovens. Disponível em: <<http://www.segurancahumana.eu/data/res/6f/1434.pdf>>. Acessado em 25 nov. 11.

YURDUSEV, A. Nuri. *International Relations and the Philosophy of History; A*

Civilizational Approach. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003.